



***A EDUCAÇÃO SEXUAL NO BRASIL: UM PASSO PARA FRENTE, DOIS
PASSOS PARA TRÁS***

***EDUCACIÓN SEXUAL EN BRASIL: UM PASO ADELANTE, DOS PASOS
ATRÁS***

***SEXUAL EDUCATION IN BRAZIL: ONE STEP FORWARD, TWO STEPS
BACK***

Bruna Larissa Ramalho Diniz¹

Ana Carolina Biscalquini Talamoni²

Eliane Rose Maio³

RESUMO

Este ensaio apresenta a evolução da Educação Sexual (ES) no Brasil, com ênfase no século XX e início do XXI. Iniciativas pioneiras surgiram com médicos e educadores, que trataram a ES como tema científico e pedagógico. Nos anos 1930, a divulgação cresceu com apoio da mídia e uma abordagem médica. Décadas depois, projetos como "Escola sem Homofobia" (2009) e programas de prevenção de IST/AIDS integrados ao currículo escolar promoveram uma educação inclusiva, respeitosa à diversidade sexual. No entanto, o conservadorismo e reações adversas, como a polêmica do "Kit Gay", frequentemente interromperam esses avanços. O artigo analisa a história da ES no Brasil, refletindo criticamente sobre as práticas educacionais e reforçando a importância de uma educação que valorize a diversidade e promova igualdade de gênero.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Sexual. História. Avanços. Retrocessos.

RESUMEN

Este ensayo presenta la evolución de la Educación Sexual (ES) en Brasil, con énfasis en el siglo XX y principios del XXI. Las iniciativas pioneras surgieron con médicos y educadores, que trataron la ES como un tema científico y pedagógico. En la década de 1930, la divulgación creció con el apoyo de los medios y un enfoque médico. Décadas después, proyectos como "Escuela sin Homofobia" (2009) y programas de prevención de

¹ Doutora. Universidade Estadual Paulista "Júlio Mesquita Filho"

² Doutora. Universidade Estadual Paulista "Júlio Mesquita Filho"

³ Doutora. Universidade Estadual de Maringá

ITS/VIH integrados en el currículo escolar promovieron una educación inclusiva y respetuosa de la diversidad sexual. Sin embargo, el conservadurismo y las reacciones adversas, como la polémica del "Kit Gay", a menudo interrumpieron estos avances. El artículo analiza la historia de la ES en Brasil, reflexionando críticamente sobre las prácticas educativas y reforzando la importancia de una educación que valore la diversidad y promueva la igualdad de género.

PALABRAS-CLAVE: Educación Sexual. Historia. Avances. Retrocesos.

ABSTRACT

This essay presents the evolution of Sexual Education (SE) in Brazil, with an emphasis on the 20th century and the early 21st century. Pioneering initiatives emerged from doctors and educators who treated SE as a scientific and pedagogical subject. In the 1930s, dissemination grew with media support and a medical approach. Decades later, projects like "School without Homophobia" (2009) and STI/HIV prevention programs integrated into the school curriculum promoted inclusive education, respectful of sexual diversity. However, conservatism and adverse reactions, such as the controversy over the "Gay Kit," often interrupted these advances. The article analyzes the history of SE in Brazil, critically reflecting on educational practices and reinforcing the importance of education that values diversity and promotes gender equality.

KEYWORDS: Sexual Education; History. Advances. Setbacks.



Para início de conversa

A Educação Sexual (ES) em terras brasileiras, enquanto tema científico e pedagógico, destacou-se no meio médico e educacional nas primeiras décadas do século XX. Entretanto, sua vertente informal, que é dada pela família desde o nascimento e que sofre influência da cultura e da sociedade, determinando as diferentes atitudes e comportamentos de cada pessoa e de seus corpos sexuados em relação à sexualidade, é tão antiga quanto as primeiras organizações sociais (Paulo Rennes Marçal Ribeiro, 2009). Isso porque todas as sociedades, em quaisquer época e contexto sociopolítico, apresentam valores culturais atrelados à sexualidade e à própria Educação Sexual, valores esses que são incorporados e reproduzidos em cada nova geração e contexto, impactando a maneira como as pessoas vivenciam sua própria realidade, a partir de seus corpos. Assim, a ES acontece o tempo todo, desde sempre, ainda que não se fale (livremente) a respeito dos corpos, dos gêneros e das sexualidades.

A Educação Sexual brasileira possui uma história de retrocessos e avanços e, dada a relevância da sexualidade na construção das subjetividades, das identidades individuais e coletivas, essa história necessita constantemente ser revisitada, senão reescrita, a fim de que este processo possa ser sempre atualizado sob novas perspectivas, com vieses críticos e construtivos. Neste encaminhamento, o presente artigo tem por objetivo, a partir de revisão bibliográfica atualizada sobre o tema, apresentar a história da Educação Sexual no Brasil, com ênfase nas iniciativas de inserção do tema na educação formal brasileira, nos últimos 100 anos.

Ribeiro (2004) apresenta seis períodos que descreve como momentos da Educação Sexual e que demarcam mudanças no campo da sexualidade e da ES no Brasil, sendo eles: Primeiro momento: Séculos XVII e XVIII. Caracteriza-se por um sexo pluriétnico e libidinoso para o homem e submissão e repressão para o comportamento sexual feminino; Segundo momento: Século XIX. O controle da sexualidade e das práticas sexuais sob a normatização da moral médica e sanitária; Terceiro momento: Início do século XX: veiculação da importância e necessidade da Educação Sexual através de livros escritos por médicos, professores e sacerdotes que por serem cientificamente fundamentados, visavam orientar a prática sexual da população; Quarto momento: Década de 1960. Implantação de programas de Educação Sexual em várias escolas; Quinto momento: órgãos públicos, como secretarias municipais e estaduais de educação, assumem projetos de Educação Sexual na escola e sexto momento: Iniciou-se com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, promulgada em 1996, que prometeu um tratamento responsável e crítico quanto à sexualidade como uma vivência plena e feliz.

Todavia, neste ensaio teórico, que é um recorte da tese de doutorado “*Antes que as memórias se apaguem: a Educação Sexual de mulheres idosas e suas representações sobre a sexualidade feminina*” (Bruna Larissa Ramalho Diniz, 2022), apresentamos dados a partir do terceiro período, iniciando o resgate histórico da ES no início século XX e estendendo até os dias atuais.

Antes de tratarmos da história, contudo, esclarecemos que, assim como Mary Neide Damico Figueiró (2014), priorizamos o uso do termo Educação Sexual para nos referir às ações de ensino-aprendizagem sobre sexualidade humana em oposição a outros termos, tais como instrução sexual e orientação sexual. Educação Sexual é o termo mais adequado, pois alude que o/a educando/a seja considerado/a ativo/a no processo de aprendizagem e não um/a simples receptor/a passivo/a de conhecimentos, informações

e/ou orientações. Assim, este termo é adotado por nós tanto para nos referirmos à Educação Sexual formal, que acontece nos espaços escolares, quanto à Educação Sexual informal, um processo global, que se dá desde o nascimento, com repercussão direta ou indireta sobre a vida sexual (Figueiró, 2014).

A Educação Sexual brasileira em sua coreografia de avança e recua

As primeiras décadas do século XX deram início ao terceiro momento da Educação Sexual no Brasil (Ribeiro, 2004). Na década de 1930, a ES foi intensamente divulgada nos meios de comunicação graças ao trabalho pioneiro de médicos/as que, interessados/as pelas questões do sexo e da sexualidade, deram a cientificidade necessária para que o debate acerca dessas questões fosse iniciado. Paulo Rennes Marçal Ribeiro e Solange Aparecida de Souza Monteiro (2019) apontam que a vasta bibliografia produzida por José de Albuquerque (1904-1984)⁴, Antonio Austregesilo Lima (1876-1960)⁵ e Hernani do Irajá (1895-1969)⁶ foi bem acolhida e, juntamente com outras publicações que tinham como autores/as psicólogos/as, professores/as e até sacerdotes, fizeram com que um grande número de leitores e leitoras passasse a se interessar e se esforçar para compreender o fenômeno sexual.

Neste período, a medicina e a sexualidade passam a ter uma íntima relação, culminando no surgimento da sexologia como campo do saber médico e científico (Ribeiro, 2004). Todavia, ainda que o período de 1930 a 1950 tenha sido favorável a um discurso pró-sexual, é válido mencionar que entre tantos/as autores/as haviam distintas visões sobre ES, incluindo ideias higienistas, profiláticas e religiosas que faziam parte da mentalidade médica, científica e educacional do Brasil (Ribeiro e Monteiro, 2019).

A fundação do Círculo Brasileiro de Educação Sexual (CBES), em 1933, por José de Albuquerque, também contribuiu grandemente para a institucionalização da ES no país, visto que o CBES tinha como objetivo levar a ES fundamentada sob a perspectiva da medicina, sociologia, psicologia, criminologia e pedagogia a todo território nacional. Trata-se da primeira instituição destinada à ES no Brasil (Ribeiro e Monteiro, 2019).

⁴ Médico e precursor de um projeto de Educação Sexual nacional voltado para a população. Fundador do Círculo Brasileiro de Educação Sexual (CBES). Se destacou também por trabalhos na área da saúde física e mental masculina e no debate com a urologia (Leandro Alves Felício, 2011).

⁵ Psiquiatra progressista e autor do livro “Sexualidade e Psiconeuroses” (Felício, 2011).

⁶ Médico conhecido por sua extensa produção sexológica e por seu trabalho artístico como pintor (Felício, 2011).

No âmbito da Educação Básica, a primeira iniciativa de incluir a ES num currículo escolar também se deu na década de 1930, no Colégio Batista do Rio de Janeiro. Houve nesta época e nos anos seguintes um vasto interesse em levar a ES para os espaços escolares. Contudo, o objetivo era ensinar a fisiologia sexual à luz do discurso higienista, a fim de modernizar os conhecimentos no Brasil com base no que se discutia em países europeus. A preocupação em aumentar o conhecimento das mulheres e melhorar sua saúde também se fazia presente. Contudo, em nenhum momento a reestruturação dos papéis sexuais na sociedade fez parte da Educação Sexual que estava sendo proposta (Figueiró, 1998).

No campo da Educação, a Igreja Católica se apresentava como um grande empecilho para que a Educação Sexual formal adentrasse os muros da escola brasileira. Desta forma, em períodos anteriores à década de 1960, a ES somente aconteceu em escolas protestantes ou em instituições de ensino que não tivessem nenhum vínculo religioso (Figueiró, 1998; Fúlvia Rosemberg, 1985).

A igreja católica constituiu um dos freios mais poderosos, até a década de 60, para que a Educação Sexual formal penetrasse no sistema escolar brasileiro. Em primeiro lugar, pela sua posição claramente repressiva em matéria de sexo; em segundo lugar, pela posição de destaque que ocupou na educação nacional, através da manutenção e da ferrenha defesa de sua rede de ensino. Portanto, mesmo antes do final da década de 60, quando ocorreu no país um momento de hipertrofia de um autoritarismo moralista, o sistema de ensino nacional era bastante repressivo, tanto a veiculação de informações sobre sexualidade humana quanta a manifestação da sexualidade entre as estudantes (Rosemberg, 1985, p. 12).

A autora supracitada ainda acrescenta que o ensino católico no país, até a realização do Concílio Vaticano II⁷, em 1962, manteve a segregação sexual nas escolas e criou uma galeria de uniformes escolares que cobriam e camuflavam os corpos dos/as estudantes, mesmo que os pesados tecidos não combinassem com o clima local. Além disso, qualquer discurso formal sobre sexualidade ou era negado ou era usado como motivos para punições. A renovação pós-conciliar trouxe mudanças no plano educacional, uma vez que algumas ordens religiosas passaram a ver a sexualidade de outra forma, devido ao novo valor atribuído a ela no plano da criação, que dizia que o

⁷ O Concílio Vaticano II foi um concílio ecumênico da Igreja Católica Romana que ocorreu de 1962 a 1965. Convocado pelo Papa João XXIII e continuado pelo Papa Paulo VI, este concílio teve como objetivo principal atualizar e reformar a Igreja para responder melhor aos desafios do mundo moderno (João Batista Libânio, 2005).

“homem (*sic*) era a imagem e semelhança de Deus não apesar do sexo, mas graças ao sexo” (Eliseu Lopes, 1967 *apud* Rosemberg, 1985, p. 13).

Assim, a partir da década de 1960, que inaugurou o quarto período da ES no país, colégios católicos, agora mistos, inseriram a ES em seus currículos e alguns centros urbanos como Rio de Janeiro, Belo Horizonte e São Paulo desenvolveram diferentes experiências na Educação Sexual no circuito do ensino público. Essas práticas só foram possíveis devido às transformações sociais, políticas e culturais da época, que tiveram efeitos consideráveis sobre os comportamentos sexuais e sobre as discussões acerca da ES. Logo, inicia-se nesta década o quarto momento da Educação Sexual no país (Ribeiro, 2004; Figueiró, 1998; Rosemberg, 1985).

Nos anos 1960, portanto, podemos considerar que já existe uma mentalidade favorável à educação sexual emergido no período entre guerras e forjado pelos pioneiros sexólogos, que possibilitou as primeiras experiências efetivas de educação sexual nas escolas brasileiras (Regina Celia Bedin; Luci Regina Muzzeti; Paulo Rennes Marçal Ribeiro, 2020, p. 77).

É válido lembrar que a década de 1960 foi palco da Revolução Sexual⁸, do Movimento *Hippie*⁹, do advento da pílula anticoncepcional e do fenômeno *rock'roll* que, com o seu vasto conteúdo crítico, compôs os elementos essenciais para a nova moral sexual brasileira. Além disso, é no final desta década que temos a segunda onda do feminismo¹⁰, que além das preocupações sociais e políticas, voltava sua atenção para

⁸ Os anos de 1960 marcaram um período de profundas transformações sociais e culturais relacionadas à sexualidade e aos comportamentos sexuais, que ficou conhecido como Revolução Sexual. Esse movimento, liderado pela juventude da época, que começou a questionar as normas e valores tradicionais sobre sexo, amor, e relacionamentos, causou uma ruptura significativa das normas sexuais que prevaleciam até então, o que promoveu maior liberdade e abertura em relação ao sexo (Louro, 1997; Margarita Díaz, Francisco Cabral e Leandro Santos, 2007).

⁹ O movimento Hippie, que atingiu seu auge na década de 1960, foi uma subcultura que desafiou as normas sociais, culturais e políticas da época. Originado nos Estados Unidos, o movimento se espalhou por outros países ocidentais, deixando um legado duradouro na sociedade contemporânea e influenciando atitudes em relação à liberdade individual, a diversidade cultural e a sustentabilidade ambiental (Isis Lobo de Oliveira, 2021).

¹⁰ O movimento feminista é usualmente dividido em ondas, cada uma marcada por diferentes focos e contextos históricos. Essas ondas refletem a evolução das lutas e demandas das mulheres ao longo do tempo. A primeira onda, que se deu entre a passagem do século XIX para o século XX, teve como foco principal o direito das mulheres ao voto. Já a segunda onda aconteceu entre as décadas de 1960 e 1970, e tinha como objetivos a igualdade no trabalho e na educação e a luta por direitos sexuais e reprodutivos da mulher. A terceira onda se deu na década de 1990, com foco principal na inclusão de todas as mulheres – não-brancas, de diferentes classes sociais e orientações sexuais. A quarta onda foi iniciada na década de 2010 e segue até o presente tendo como focos preçipuos a luta contra a violência de gênero (Louro, 1997; Margarita Díaz, Francisco Cabral e Leandro Santos, 2007).

construções teóricas, problematizando o conceito de gênero. Esse movimento expressava-se não apenas por grupos de conscientização, marchas e protestos, mas também por meio de livros, jornais e revistas, que ampliaram a bibliografia sobre temas relacionados à ES na época (Guacira Lopes Louro, 2014).

Contudo, os anos 60 no Brasil também foram marcados por um período de instabilidade política e pela presença das forças armadas nas decisões do governo, mas, por haver maior facilidade na organização sindical e “inferências dos movimentos de jovens e mulheres, contestadores dos padrões socioculturais vigentes com ideais de liberdade, paz e igualdade entre os sexos”, os anos sessenta ainda mantiveram alguns espaços permissivos para se falar sobre sexo (Vandira Maria dos Santos Pinheiro 1997, p. 4). O cinema e as instituições científicas respaldaram a sociedade brasileira para que ela pudesse “respirar os ventos da liberdade sexual, ainda que com algumas amarras e restrições” (Ribeiro e Monteiro, 2019, p. 1255).

Uma das maiores ações repressivas da história em relação à Educação Sexual ocorreu com o AI-5¹¹, já no final da década de 1960 (Ribeiro e Monteiro, 2019). Neste mesmo período, o projeto da deputada Júlia Steinbruch (PMDB – RJ), que propunha a inclusão da Educação Sexual obrigatória nos currículos de 1º e 2º graus, atual Ensino Fundamental II e Ensino Médio, tramitou na Câmara dos Deputados e, em 1970, foi encaminhado para o Ministério da Educação, e foi analisado pela Comissão Nacional de Moral e Civismo, recebendo pareceres contrários dos três conselheiros consultados: o padre Francisco Leme Lopes (1912-1983), o almirante Benjamin Sodré (1892-1982) e o general Moacir Araújo Lopes [1970-]. Os pareceres diziam que o debate sobre a sexualidade nas escolas era um risco à pureza e inocência dos/as alunos e alunas (Rita Cássia Pereira Bueno; Paulo Rennes Marçal Ribeiro, 2018; Figueiró, 1998; Rosemberg, 1985).

Esses pareceres foram largamente divulgados pela imprensa da época, ato que configurou uma posição contrária à Educação Sexual em território brasileiro e funcionou como um freio às poucas experiências que estavam ocorrendo, desencorajando os/as profissionais envolvidos/as, que temiam por represálias. Não existia uma lei ou proibição

¹¹ O Ato Institucional nº 5, AI-5, de 13 de dezembro de 1968, durante o governo do general Costa e Silva, foi a expressão mais acabada da ditadura militar brasileira (1964-1985). Vigorou até dezembro de 1978 e produziu um elenco de ações arbitrárias de efeitos duradouros. Definiu o momento mais duro do regime, os chamados “anos de chumbo”, dando poder de exceção aos governantes para punir arbitrariamente os que fossem inimigos do regime ou como tal considerados (Taís Danielle de Araújo Silva, 2017).

formal contra a ES. A proibição foi difusa e bastante eficiente. Durante a década de 1970, os movimentos sociais foram fortemente reprimidos e o acesso à informação e divulgação de ideias vetado veementemente. A sociedade passou a viver uma fase de censura e consequente alienação política, científica e cultural (Bueno e Ribeiro, 2018; Pinheiro, 1997) e as autoridades educacionais marcavam presença como “guardiãs da moral” dos alunos e alunas (Rosemberg, 1985).

O Ministério da Justiça da época tinha o poder de censurar todo o texto que fosse contrário à moral e aos “bons costumes” e o fato de a sexualidade ainda estar associada a uma “subversão” fez com que ela figurasse como uma questão polêmica e se tornasse alvo de repressões e investigações, principalmente se estivesse ligada à educação de crianças e jovens (Bueno; Ribeiro, 2018; Rosemberg, 1985).

Em contraponto à severa censura da época, a década de 1970 foi marcada pelo cinema, com a produção das pornochanchadas¹² e a exposição do nu – exceto o frontal, que continuava proibido – estimulando as fantasias sexuais da população que tinha acesso a essa arte. Em 1975, a *Playboy*, revista masculina americana, é reproduzida pela Editora Abril e recebe o nome de Revista do Homem, uma vez que o governo militar não admitia um material nas bancas brasileiras com o nome *Playboy*. Apenas em 1978 que ela pôde ser publicada com o nome original (Ribeiro; Monteiro, 2019). Esta liberação sexual trouxe mudanças de comportamentos com relação a preconceitos e posturas mais conservadoras. O sexo estava ali, à espreita, aparecendo em filmes, na TV, nas revistas e até em artigos de lojas especializadas, os *sex-shops*. A TV Mulher (1980-1986), programa comandado pela psicóloga e política Marta Suplicy (1945-), dedicava alguns minutos diários para falar sobre sexo, no mesmo período em que as mulheres passaram a obter espaço no mercado de trabalho, conquistando certa autonomia financeira e social. O advento da pílula anticoncepcional e a prática do aborto, ainda que ilegal, mas de fácil acesso, contribuíram para a liberação sexual feminina (Pinheiro, 1997). E é nesse cenário ambíguo, marcado pela insistente repressão e pelo desejo de saber e falar mais sobre sexo, que ressurgiu o interesse pela Educação Sexual formal. Mas, não sem resistências.

¹²Filmes de distintos gêneros, como dramas, feroestes, tramas de ação, terror, que em um determinado período foram acrescidas de erotismo visando atingir o grande público e obter o sucesso das grandes bilheterias. O termo pornochanchada, fruto das junções das palavras "pornô" com "chanchada", era uma forma de detração criada pelos críticos para designar filmes de baixa qualidade, forte apelo sexual e humor escrachado (Nuno César Abreu, 2002).

A Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971¹³, que fixou Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, estabeleceu a criação de uma disciplina escolar chamada Programas de Saúde, de inclusão obrigatória (Brasil, 1971). O parecer nº 2.264 do Conselho Federal de Educação (CFE) fundamentava esta disciplina, dando origem a guias curriculares e outras publicações, tais como livros didáticos relacionados à saúde e à Educação Sexual (Pinheiro, 1997). Em 1974 o parecer elaborado pela conselheira Edília Coelho Garcia (1920-2011) que orientava a inclusão da ES apenas no ensino de 2º grau, previu o desenvolvimento de conhecimentos referentes à puberdade, Educação Sexual, gestação e saúde mental.

Em 1976, a mesma conselheira representou o Brasil no Primeiro Seminário Latino-americano de Educação Sexual e, usando o argumento da prioridade, reitera a contrariedade do país à Educação Sexual, dizendo que a temática não merecia atenção como parte da educação geral nos programas de saúde. Isso porque, segundo o CFE, é a família que compete a ES. Entretanto, caso o tema surgisse nos espaços escolares, era preciso iniciar um diálogo franco, mas cauteloso com os/as alunos e alunas que, divididos/as em pequenos grupos, do mesmo sexo e com idades bem próximas, seriam devidamente orientados/as (Rosemberg, 1985). Apesar do discurso ambíguo, estes pareceres podem ser considerados pequenos avanços em termos oficiais no campo da ES.

Em 1978, em São Paulo, foi criada a Coordenadoria de Ensino e Normas Pedagógicas (CENP), que tinha como objetivo desenvolver um sistema de orientação sexual¹⁴ nas escolas do estado. As ações deste projeto foram iniciadas a partir de um levantamento das necessidades dos/as alunos e alunas, seguido de um treinamento pedagógico dos/as profissionais da educação que, por fim, aplicaram o projeto de orientação sexual¹⁵ em suas turmas (Ribeiro, 1990). Inicia-se aqui o quinto momento da Educação Sexual no Brasil, marcado pela iniciativa de órgãos públicos assumindo os projetos de ES nas escolas do país.

Neste mesmo ano, foi realizado em São Paulo, o I Congresso sobre Educação Sexual nas escolas e, a partir deste, outros eventos científicos foram acontecendo (Figueiró, 1998).

¹³ Art. 7º Será obrigatória a inclusão de Educação Moral e Cívica, Educação Física, Educação Artística e Programas de Saúde nos currículos plenos dos estabelecimentos de 1º e 2º graus, observado quanto à primeira o disposto no Decreto-Lei n. 369, de 12 de setembro de 1969 (Brasil, 1971)

¹⁴ Aqui, o termo orientação sexual é utilizado como sinônimo de Educação Sexual e refere-se a um processo formal de ensino-aprendizagem acerca da sexualidade humana. Entretanto, o termo orientação sexual foi adotado por pesquisadores/as da área para se referir à diversidade sexual.

¹⁵ Neste trecho, o termo orientação sexual também é utilizado como sinônimo de Educação Sexual.

A sexóloga Maria Helena Matarazzo (1942-) ganhou destaque na Fundação Carlos Chagas, onde desenvolveu um programa de Educação Sexual escolar. Ela também foi responsável por difundir a ES na mídia, com um programa diário na Rádio Globo (1976-1980) e um serviço de Educação Sexual por telefone, sendo estas ações pioneiras na América Latina (Bedin; Muzzeti; Ribeiro, 2020).

Outra pesquisa realizada pela Fundação Carlos Chagas, em 1979, também merece destaque. O objetivo inicial era investigar as atitudes e os valores dos/as jovens de diferentes classes sociais com relação à sexualidade. Entretanto, a pesquisa também testou a viabilidade do debate aberto como uma metodologia de trabalho para a ES. Os/As professores/as que conduziram o debate foram preparados/as antecipadamente e, Carmen Barroso e Maria Cristina Bruschini, coordenadoras da pesquisa, propuseram, a partir desta experiência, que os valores e atitudes relacionados à sexualidade fossem trabalhados num clima de debate, no qual ideais humanos básicos, como a liberdade e integridade pessoal, a consideração pelos/as outros/as e a igualdade entre homens e mulheres pudessem ser discutidos a partir de diferentes pontos de vista, dando aos/às alunos e alunas liberdade para que pudessem fazer suas próprias escolhas. Experiências semelhantes a esta também ocorreram no Colégio de Aplicação USP e em colégios vocacionais, que valorizavam as discussões em grupos e o interesse dos/as alunos/as para a seleção dos temas (Maria José Garcia Werebe, 1977).

No campo da saúde, temos, na década de 1980, associações ligadas à ginecologia, à urologia e à psicologia retomando os discursos sobre sexualidade e comportamento sexual. Estes saberes originam as bases da sexologia, que, mais tarde, irão sustentar e fortalecer o conhecimento sexual no país, fazendo surgir nas universidades grupos de pesquisas que estudarão a temática no final dos anos de 1990 e início dos anos 2000. As universidades brasileiras se tornam, a partir daí, uma vasta fonte de conhecimento sexual, sendo responsáveis por uma grande produção bibliográfica sobre sexualidade e ES e, mais tarde, também sobre os estudos de gênero (Ribeiro; Monteiro, 2019).

Assim, muitos livros foram escritos na década de 1980 e eles analisavam a sexualidade de adultos, jovens e crianças e outras obras de caráter científico, que visavam refletir sobre a Educação Sexual, principalmente a escolar (Figueiró, 1998). Além disso,

a crescente preocupação com a gravidez precoce e com a contaminação pelo vírus HIV¹⁶ contribuiu para que pais e mães, educadores/as e a sociedade em geral passassem a se interessar pela ES de crianças e jovens e elessem a escola como instituição ideal para realizá-la.

A CENP, vinculada à Secretaria de Educação do Estado de São Paulo e em parceria com o Departamento de Educação da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo (USP) desenvolveu um projeto composto por duas partes: 1 – estudos preliminares nas escolas da rede estadual de ensino; 2 – experiências piloto em seis escolas da capital, com o treinamento de professores/as e orientadores/as educacionais para a inserção de um programa de Educação Sexual na grade curricular das disciplinas de Ciências e Programas de Saúde. Outro projeto chamado “Programas de saúde: aspectos do crescimento e desenvolvimento humanos relativos à sexualidade” foi desenvolvido em seis escolas públicas da capital paulista e sua primeira etapa se deu no ano de 1980 (Bueno e Ribeiro, 2018).

Uma roda de debates e conversas com Marilena de Souza Chauí, escritora e filósofa brasileira, Maria Rita Kehl, psicanalista, e Maria José Garcia Werebe, professora, intitulada “Educação Sexual: instrumento de democratização ou de mais repressão?”, coloca a Educação Sexual em pauta e problematiza a temática ao analisar para que e para quem ela serviria e quais as possibilidades de emancipação efetiva da ES em alguns setores da população (Bueno; Ribeiro, 2018).

Na década de 1980, outros projetos e instituições ligadas à Educação Sexual tiveram início. Destacamos o “Grupo de Trabalho para Formação e Capacitação de Professores em Orientação Sexual”, desenvolvido pela prefeitura da cidade de Campinas entre os anos de 1984 e 1998, sendo caracterizado como o projeto de Educação Sexual de mais longa duração, passando a fazer parte, inclusive, da Lei Orgânica Municipal em 1990 (Bueno; Ribeiro, 2018). O referido projeto organizou o “Encontro Nacional de Adolescentes”, que reuniu na cidade de Campinas/SP adolescentes e professores/as de todo o Brasil para trocas de experiências em projetos semelhantes ligados à Educação Sexual.

¹⁶ A AIDS - Síndrome da Imunodeficiência Adquirida é transmitida pelo vírus HIV e caracterizada pelo enfraquecimento do sistema de defesa do corpo e pelo aparecimento de doenças oportunistas. Esta doença tornou-se pública no início da década de 1980 e, nesta época, pouco se sabia sobre a causa ou a cura (Dilene Raimundo do Nascimento, 2005).

Em 1980 foi fundado – oficialmente – em Brasília o CESEX – Centro de Sexologia de Brasília, que já atuava informalmente desde 1972, fato que o torna o mais antigo centro de formação de profissionais na área da sexualidade. Este Centro foi criado pelo ginecologista Ricardo Cavalcanti e ofereceu o primeiro curso de formação em Sexologia do Brasil, destinado a profissionais da saúde e da educação (Regina Célia Bedin, 2016).

Por volta de 1986 foi criada a Sociedade Brasileira de Sexualidade Humana (SBRASH) em São Paulo, em atividade até hoje (Bueno e Ribeiro, 2018). A fundação desta sociedade foi um passo significativo para congregar profissionais que atuavam no campo da sexualidade em diferentes regiões do país, além de expandir essa rede por meio de cursos de formação de profissionais de saúde e educação no campo da sexualidade (Bedin, 2016).

Entre os anos de 1989 e 1992 foi desenvolvido um projeto de Educação Sexual na Rede Municipal de São Paulo, coordenado por Marta Suplicy (1945-) e seu grupo, criado em 1987, nomeado “Grupo de Trabalho e Pesquisa em Orientação Sexual” (GTPOS). Este projeto atingiu cerca de 30.000 alunos/as e 1.105 professores/as da rede municipal de ensino (Figueiró, 1998; Bueno e Ribeiro, 2018). Além disso, Marta Suplicy redigiu, durante esse período, vários artigos para a Sessão Tendências & Debates do Jornal Folha de São Paulo, nos quais expôs suas concepções de sexo, sexualidade e Educação Sexual, influenciando o grande público, bem como os/as profissionais da educação e psicólogos/as.

Ainda na década de 1980, ênfase deve ser dada à criação do mais antigo grupo de pesquisa em universidade voltado à Educação Sexual, o CAESOS – Centro Avançado de Educação para a saúde e Orientação Sexual – Educação Preventiva em Sexualidade, Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST¹⁷), AIDS, Drogas e Violência, fundado em 1985, na USP de Ribeirão Preto, pela professora Sonia Maria Vilela Bueno.

¹⁷ A terminologia Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST) passou a ser adotada em substituição à expressão Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST) porque destaca a possibilidade de uma pessoa ter e transmitir uma infecção mesmo sem sinais e/ou sintomas. As IST são causadas por vírus, bactérias ou outros microrganismos. Elas são transmitidas, principalmente, por meio do contato sexual (oral, vaginal, anal) sem o uso de camisinha masculina ou feminina, com uma pessoa que esteja infectada. A transmissão de uma IST pode acontecer, ainda, da mãe para a criança durante a gestação, o parto ou a amamentação. De maneira menos comum, as IST também podem ser transmitidas por meio não sexual, pelo contato de mucosas ou pele não íntegra com secreções corporais contaminadas. Se não tratadas adequadamente, podem provocar diversas complicações e levar a pessoa, inclusive, à morte (Brasil, 2024).

Já na última década do século XX, muitas foram as publicações, projetos, eventos e grupos de estudo sobre sexualidade e Educação Sexual e essas temáticas passaram a ser incluídas em currículos de escolas municipais de alguns estados brasileiros, como São Paulo e Rio Grande do Sul. Destacamos ainda, a criação, pela professora Maria Alves de Toledo Bruns, do grupo de estudos Sexualidade & Vida, que também acontecia na USP, no campus de Ribeirão Preto, logo no início dos anos de 1990 (Bedin, 2016).

Sobressaem-se, também, neste período o trabalho de Organizações Não Governamentais (ONGs) no campo da sexualidade por meio da atuação em escolas, programas de formação de professores/as, capacitação de profissionais da saúde, produção de materiais educativos – vídeos, manuais e guias – e prestação de serviços de assessoria e consultoria.

Entre essas instituições estão o Instituto Kaplan, o Centro de Educação Sexual (CEDUS), o Centro de Orientação e Educação Sexual (CORES), a Associação Brasileira Interdisciplinar de AIDS (ABIA), o Comunicação Sexualidade (ECOS) e o já citado GTPOS (Bueno e Ribeiro, 2018, p. 55).

Destacamos aqui o lançamento do Guia de Orientação Sexual, de Marta Suplicy (1994), voltado ao público da pré-escola ao 2º grau, que foi testado em algumas regiões do Brasil e:

Afirmava como necessários o planejamento e as intervenções sistemáticas, abrindo um canal permanente de comunicação sobre a sexualidade com crianças e adolescentes. O documento orientava, também, a supervisão dos profissionais e o envolvimento dos familiares (Bueno; Ribeiro, 2018, p. 55).

No ano de 1995 teve início na Universidade Estadual de Londrina (UEL), no Estado do Paraná, os encontros semanais do Grupo de Estudos sobre Educação Sexual (GEES), coordenado pela professora Mary Neide Damico Figueiró. Esse projeto de Extensão Universitária tinha como objetivo central a formação de profissionais para atuarem como educadores/as sexuais de crianças, adolescentes, adultos e idosos/as. Em 2006, na sua oitava edição, o GEES agregou-se ao Programa Brasil Sem Homofobia, com o apoio do Ministério da Educação e do Desporto (MEC) e da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD) e, ao diversificar-se, ampliou suas ações educativas e passou a denominar-se “Formação de Profissionais para a Educação

Sexual, o combate à Homofobia e a Promoção da Cidadania Homossexual” (Figueiró, 2007; 2014).

Em 1996 temos a aprovação da Lei 9394/96, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB) (Brasil, 1996), que dá início ao sexto período da ES no país. Algum tempo depois, tivemos o estabelecimento dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) (Brasil, 1998), documento no qual a Educação Sexual obteve reconhecimento oficial quanto à sua necessidade e relevância.

Os PCN constituem-se como um conjunto de documentos norteadores que visavam propor uma nova organização curricular para os diferentes níveis de ensino da Educação Básica. Eles foram elaborados pelo MEC e editados em formato de livros a partir de 1997. O ensino da sexualidade integrou os PCNs e foi incluído no currículo escolar na qualidade de tema transversal¹⁸, sob denominação de “Orientação Sexual” (Figueiró, 2014).

Foi na primeira metade da década de 1990 que os PCN começaram a ser elaborados, concomitantemente à elaboração da Lei de Diretrizes e Bases do ensino: LDB 9.394/96. Somente por volta de 1998 é que algumas escolas puderam começar a estudá-los e planejar seus primeiros passos em direção à sua aplicação, outras, entretanto, apenas em 1999 e 2000 (ou mesmo em 2001), devido à disparidade e atrasos na distribuição dos documentos em várias regiões do país (Figueiró, 2014, p. 61).

Embora os PCN sejam considerados um marco importante no campo da Educação Sexual no país, o fato de ele ter sido elaborado como um referencial aberto e flexível, podendo ser ou não utilizado pelas instituições de ensino na elaboração de suas propostas, dificultou a implementação da ES nos currículos escolares. Somou-se a isto, o despreparo formativo dos/as professores/as para trabalhar com a transversalidade e com a sexualidade humana, a falta de condições materiais limitou as oportunidades para que a ES fizesse, de fato, parte do cotidiano de alunos e alunas brasileiros/as. Apesar das dificuldades na implementação dos PCN e das críticas que se possa fazer ao modelo de proposta implementada pelo governo federal, concordamos com Figueiró (2014) que a inserção da ES no currículo, ainda que pelos temas transversais, já constituiu-se em avanço, sobre o silêncio que predominou nas questões da sexualidade até ali. O simples

¹⁸ Temas transversais referem-se a conteúdos de caráter social relevantes a serem incluídos no currículo não de forma específica, disciplinar, mas ministrados no interior de várias áreas de conhecimento, perpassando cada uma delas (Figueiró, 2014).

fato de alunos e alunas perceberem que seus/suas professores/as estão dispostos/as a conversar sobre as questões da sexualidade já poderia gerar efeitos positivos.

A oficialização dos PCN somou-se a um forte impulso dos meios de comunicação, especialmente a TV, dando espaço a discussões acerca da Educação Sexual escolar e investindo em informações de grande valia, como saúde pública. Mas, devemos salientar que, embora as famílias brasileiras estivessem ouvindo a mídia falar sobre sexualidade, elas não conversavam sobre isso e, portanto, a repressão ainda se fazia presente (Figueiró, 1998; Bueno; Ribeiro, 2018).

A década de 1990 foi marcada ainda pelo surgimento de diversos projetos para a prevenção da AIDS que foram integrados aos currículos escolares e programas de educação compreensiva que valorizavam a diversidade sexual e a igualdade de gênero (Vanda Corrêa Thomé; Vanessa Santa Rosa Mazzei; Cláudia Márcia Andrade da Silva; Maria Eugênia Totti, 2020).

O Programa Saúde na Escola (PSE), implementado em aproximadamente 600 cidades dos 27 estados da federação, tinha como objetivo desenvolver ações de promoção da saúde sexual e da saúde reprodutiva de adolescentes e jovens e, para tanto, buscou articular os setores da educação e da saúde, no intuito de reduzir a infecção de IST/AIDS e diminuir os índices de evasão escolar causada pela gravidez na população de 10 a 24 anos (Brasil, 2001a).

Os anos de 1990 se caracterizaram, então, por profundas mudanças de normas e padrões culturais ligados à sexualidade e, juntamente com a década seguinte, absorveu e consolidou os estudos de gênero e a busca por meios efetivos para lidar com a sexualidade e com a diversidade. Durante mais de dez anos, ações governamentais efetivas incentivaram o desenvolvimento de projetos e programas voltados para a busca da igualdade entre homens e mulheres, para o respeito à diversidade e para o combate à homofobia.

Nos anos 2000, por exemplo, os temas relacionados à sexualidade passaram a ser constantemente discutidos pelo MEC. Em 2001, foi elaborado o Plano Nacional de Educação (PNE/Lei 10.172/2001) (BRASIL, 2001b), que determinou diretrizes, metas e estratégias para a política educacional com vigor até 2010. Neste documento, nos objetivos e metas para os cursos de formação docente, incluíam-se os estudos de temas relacionados às abordagens de gênero, Educação Sexual, ética, saúde e temas locais. Todavia, o PNE não foi permanentemente colocado em prática e muitos dos objetivos

propostos foram parcialmente ou não contemplados (Luciana Uchôa Barbosa; Cátia Silene Carrazoni Lopes Viçosa; Vanderlei Folmer, 2019).

O surgimento do Movimento Escola Sem Partido¹⁹ no início dos anos 2000 fez com que diversos projetos de lei tramitassem no Congresso Nacional e nas Câmaras Legislativas com o objetivo de vigiar, punir e impedir a (imaginária) doutrinação política e ideológica de alunos/as por parte dos/as professores/as que “inventaram” o termo identidade de gênero a fim de apontar o gênero como uma “opção” aos/às alunos/as, fato que se opõe aos elementos biológicos tidos como ‘naturais’ (Fernando Seffner, 2016).

Assim, neste contexto repressivo, ressurgiu a temida “ideologia de gênero²⁰”, que nos anos 1990 foi efetivada no seio da Igreja Católica a fim de combater o avanço em matéria de direitos sexuais e reprodutivos, bem como frear a emancipação feminina e a militância LGBTQ+ em relação ao casamento homoafetivo²¹, que, segundo os/as conservadores/as religiosos/as, ameaçam a família tradicional. Com a retomada do termo, a representatividade religiosa no parlamento brasileiro aumentou, a repressão do gênero e das sexualidades se intensificou e se espalhou de forma difusa, convencendo massas e deturpando campos de estudos e militâncias que se valem do gênero e da sexualidade para analisar as desigualdades sociais e as violências sofridas pelas mulheres e pela comunidade LGBTQIA+ (Marina Silveira Bonacazata Santos; Maria Carolina Miesse; Fabiana Aparecida de Carvalho; Leonardo Cordeiro de Queiroz; Vânia de Fátima Matias de Souza, 2021).

¹⁹ Surgido em 2004, este movimento foi definido como uma iniciativa conjunta familiares e estudantes preocupados/as com o grau de contaminação político-ideológica das escolas brasileiras. “Sua principal estratégia foi, inicialmente, a judicialização da relação entre professores/as e alunos/as, tendo, em seguida, passado a pressionar as assembleias estaduais e municipais por projetos de leis que legitimassem suas ideias” (Elizabeth Macedo, 2017, p. 508).

²⁰ Conforme Rogério Diniz Junqueira (2018) “ideologia de gênero” é um sintagma neológico usado como artefato retórico e persuasivo em torno do qual se organiza discursos que visam interferir na arena pública ao promover agendas políticas moralmente regressivas que orientam conter ou anular os avanços e transformações em relação ao gênero, sexo e sexualidade. Este artefato busca também reafirmar disposições tradicionalistas, pontos doutrinários dogmáticos e princípios religiosos “não negociáveis” que alimentam discursos inflamados e o pânico moral por meio de estratégias voltadas a arregimentar a sociedade em uma batalha em defesa da “família tradicional”. Os discursos e movimentos em torno da ideologia de gênero se mobilizam “em favor da reafirmação de hierarquias sexuais, de uma assim dita “primazia dos pais na formação moral e sexual dos filhos”, da retirada da educação para a sexualidade nas escolas, da restrição ao acesso de adolescentes a informações sobre saúde sexual, do rechaço a arranjos familiares não heteronormativos, da repatologização das homossexualidades e transgeneridades, entre outros posicionamentos que representam cerceamentos a direitos e garantias fundamentais” (p. 451).

²¹ Adjetivo que qualifica uma pessoa que gosta e/ou sente atração sexual por pessoas do mesmo sexo. O termo foi cunhado pela jurista Maria Berenice Dias em torno de argumentos de que não se pode falar em homossexualidade sem falar sobre o afeto. A referida terminologia foi criada também para justificar a inclusão das uniões entre pessoas do mesmo sexo no âmbito da proteção dos regimes jurídicos da união estável e do casamento civil (Angelo Brandelli Costa; Henrique Caetano Nardi, 2015).

Neste mesmo período, a partir de 2004, o Programa Brasil sem Homofobia passou a fazer parte da agenda do governo e suas ações buscavam promover a cidadania e direitos humanos às pessoas LGBTQIA+ – a lésbicas, *gays*, bissexuais, travestis, transexuais, transgêneros, queers, bigêneros, assexuados e intersexos – a partir do combate à violência e à discriminação (Isaias Batista de Oliveira Júnior e Eliane Rose Maio, 2017).

Em 2009 iniciou-se o projeto Escola sem Homofobia, apoiado pelo MEC e por Organizações Não Governamentais (ONGs), que objetivava promover ações de combate à homofobia nas escolas públicas – municipais e estaduais – de todo o Brasil. Além de abarcar um conjunto de ações de combate ao preconceito contra a livre escolha sexual, este projeto previa a distribuição de um material didático voltado a professores e professoras do Ensino Médio – Kit de Combate à Homofobia – que ficou popularmente conhecido como Kit Gay²² (Oliveira Júnior; Maio, 2017).

Contudo, após uma fala desastrosa²³ do então secretário do Ministério da Educação, André Lázaro, durante a apresentação do material didático no dia 23 de novembro de 2010 e, motivados por um discurso repleto de inverdades e distorções do então deputado Jair Bolsonaro (Partido Progressista do Rio de Janeiro), bancadas políticas, religiosas e sociedade civil se colocaram contra à elaboração do referido Kit e, a partir de então, as sessões da Câmara se transformaram em cenários de violento repúdio ao projeto e figuras políticas recorriam frequentemente à mídia para solicitar o apoio da sociedade civil no combate ao material que, para muitos, ensinaria alunos e alunas a serem homossexuais (Oliveira Júnior; Maio, 2017).

Após tantas polêmicas envolvendo o tal “Kit Gay”, a presidenta Dilma Rousseff (2013-2016) suspendeu a distribuição do material Escola sem Homofobia às escolas públicas, colocando fim às discussões envoltas em conjecturas políticas que assolavam o país naquele momento (Oliveira Júnior; Maio, 2017).

²² Materiais educativos desenvolvidos a por volta do ano de 2008 que comporiam uma ação educativa do programa Escola sem Homofobia. Foram criados pela ONG paulista ECOS – Comunicação em sexualidade e consistiam em: 1) um caderno de orientação aos educadores/as; 2) seis boletins voltados aos estudantes; 3) cartaz de divulgação do projeto; 4) cartas de apresentação/orientação do projeto aos gestores/as das escolas e educadores/as; e 5) três vídeos educativos com guias para discussões posteriores. Também estava prevista no projeto uma etapa de formação aos/as educadores/as que utilizariam esse material em suas aulas (Richard Romancini, 2018).

²³ A “fala desastrosa” acontece quando o secretário André Lázaro diz: “[...] *Só para contar uma história. A dificuldade num dos materiais didáticos, dos filmes, tinha um beijo na boca, e a gente ficou... Um beijo lésbico na boca, e a gente ficou três meses discutindo até onde ia, até onde entrava a língua, né?* [risos] [...]” (fala pessoal). (Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=5DEFrCC9U_0>. Acesso em: 28 de maio de 2024.

Vale ressaltar que a escola, historicamente, organiza seu currículo com base em conceitos heteronormativos e que, portanto, não reconhece, na maioria das vezes, a diversidade de desejos e relações afetivas. Tudo o que foge à norma costuma ser duramente atacado e a experiência escolar da comunidade LGBTQIA+ acaba sendo atravessada por várias formas de violência física e simbólica (Bruna Larissa Ramalho Diniz, 2015). O projeto Escola Sem homofobia se apresentou como uma oportunidade ímpar de alcançar uma educação que respeite a livre orientação e promova um convívio solidário com as diferenças. Os/As professores/as receberiam capacitação e materiais para lidar com as temáticas da sexualidade fora do contexto religioso, higienista e heteronormativo, minimizando os constantes apagamentos das diversidades sexual e cultural. Contudo, as reações exageradas e o conservadorismo levaram o referido projeto para a gaveta e aos/às alunos/as LGBTQIA+ o direito à livre orientação sexual e ao respeito nos espaços escolares foram, mais uma vez, negados.

A partir de então, a Educação Sexual que sempre foi protagonista de acaloradas discussões e polêmicas, ganhou novamente um espaço indesejado no meio político, educacional e religioso devido à emergência de um discurso conservador, anti-sexual e contrário às liberdades conquistadas (Ribeiro e Monteiro, 2019). Consideramos, assim, que no início do século XXI um sétimo período da ES no Brasil foi inaugurado e a moral conservadora e religiosa que invadiu o cenário político e social brasileiro se tornou uma força contrária e poderosa a qualquer projeto e/ou ação no campo da Educação Sexual.

E é nesse cenário caótico para as questões relacionadas à sexualidade que foi criado, no ano de 2012, o primeiro Programa de Pós-graduação em Educação Sexual (PPGEdSex) do Brasil e da América Latina, na Universidade Estadual Paulista “Júlio Mesquita Filho” – UNESP, *campus* de Araraquara/SP. Este Programa de Mestrado Profissional foi, sem dúvida, uma significativa conquista para o campo da Educação Sexual, uma vez que a produção de pesquisas científicas sobre a temática poderia favorecer todos/as os/as que quisessem se beneficiar dos conhecimentos produzidos, além de contribuir para a formação de profissionais das áreas da Educação e Saúde do Brasil e do exterior (Pâmela Cian da Cruz, 2021).

Todavia, embora a Educação Sexual seja essencial para a superação de preconceitos e violências, na recente conjuntura da política brasileira, os ideários conservadores, aliados a uma tendência fascista, têm colocado em xeque questões ligadas à sexualidade, sendo que essa conjuntura impacta, mesmo que indiretamente, na

composição de documentos educacionais e nas pressões para reformas do sistema educacional.

Recentemente, a terceira versão da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (Brasil, 2018) esteve em discussão no Brasil. Este documento estabelece as diretrizes para a Educação Básica escolar em todo território brasileiro e sua finalização ocorreu em dezembro de 2017 (Priscila Freire, 2018). A sexualidade foi mencionada na área de Ciências da Natureza, dentro do conteúdo de Ciências e reduzida a uma dimensão biológica, tendo como foco a reprodução humana e a priorização de aspectos anatômicos, fisiológicos e hormonais, como mostram os trechos abaixo:

Comparar o modo de ação e eficácia dos diversos métodos contraceptivos e justificar a necessidade de compartilhar a responsabilidade na escolha e na utilização do método mais adequado à prevenção da gravidez precoce e indesejada e de Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST). [...] Selecionar argumentos que evidenciem as múltiplas dimensões da sexualidade humana (biológica, sociocultural, afetiva e ética) (Brasil, 2018, p. 349).

Essa redução da sexualidade à biologia na BNCC é capciosa, pois abre precedentes para que as vivências afetivo-sexuais sejam normatizadas e a diversidade seja “biologizada”, corroborando para uma vivência heterossexual e recatada da sexualidade (Marina da Silveira Bonacazata Santos e Fabiana Aparecida de Carvalho, 2019).

Assim, por meio da BNCC, a ES e “todo o seu trabalho com relação à diversidade e as questões de gênero passou, de fato, por um processo de silenciamento e combate e, até mesmo violência. Professoras e professores que buscam praticá-la precisam lutar contra forças e discursos muito poderosos, o que torna seu trabalho um local de medo e insegurança” (Thiene Pelosi Cassiavillani; Mirian Pacheco Silva Albrecht, 2023).

Para Ribeiro e Monteiro (2019), essa onda de conservadorismo estimulada por um fundamentalismo cristão exacerbado iniciou no país uma cruzada contra atitudes, vivências e discursos considerados contrários aos “princípios cristãos” e os temas relacionados à sexualidade foram os principais alvos desse retrocesso.

Igualdade entre gêneros, diversidade sexual, homofobia, cidadania, liberdade de expressão são temas associados ao comunismo, à esquerda, ao petismo e passam a ser execrados por setores da sociedade que, até então ofuscados pela democracia, ganham força fazendo oposição ao então governo do Partido dos Trabalhadores. Conseguem eleger, em

2018, um presidente de extrema-direita afinado com o fundamentalismo cristão e, desde janeiro de 2019, as ações políticas do governo passam pelo crivo de uma nova moral que pauta as decisões a partir de princípios religiosos e avaliação subjetiva (Ribeiro; Monteiro, 2019, p. 1257).

Mesmo com a eleição de um governo progressista e democrático, que a partir de 2023 substituiu o governo de extrema-direita supracitado, persiste no país a forte influência de um pensamento anti-sexual que se mantém presente no congresso e em igrejas fundamentalistas, interferindo de maneira expressiva na ES escolar brasileira.

Embora exista um arcabouço científico que alerta para a necessidade de a sexualidade fazer parte dos currículos escolares, esse movimento latente que se opõe à Educação Sexual e defende a vigilância da sociedade sobre o que é trabalhado em sala de aula tem descaracterizado a ES com notícias falsas e causado uma comoção exagerada em toda a comunidade escolar, o que impede, muitas vezes, um trabalho de qualidade de professores e professoras que se propõem a educar sexualmente seus/suas alunos/as.

Na década atual – 2020 – a Educação Sexual voltou a ocupar uma posição marginal nos currículos escolares, permanecendo pela tônica do risco e ameaça de uma gravidez indesejada ou disseminação de IST, colocando sempre em segundo plano a associação da sexualidade ao prazer e a vida (Louro, 2018). E a consequência dessa perspectiva policialesca é justamente o distanciamento com as experiências de prazer e de autodescobertas vivenciadas pelos/as jovens, limitando, na grande parte das vezes, as discussões da sexualidade à tríade corpo-sexualidade-doença. Esta abordagem, embora relevante para a formação dos/as alunos e alunas, acaba por excluir os aspectos subjetivos, identitários e étnicos da construção da sexualidade e reproduz o *status quo* vigente, ou seja, o aspecto biológico e teológico da Educação Sexual com o objetivo de sustentar a ideia de que uma conduta heteronormativa e bem-comportada para as vivências da sexualidade é a única socialmente e moralmente aceita.

Considerações Finais?

No início do século XX, os discursos envolvendo a Educação Sexual eram, em geral, repressivos e ancorados em pressupostos religiosos, obedecendo a uma estratégia secular de cerceamento dos corpos pelo “tabu” da sexualidade; os mesmos foram especialmente reforçados pelo caráter higienista da saúde pública, que a seu tempo

histórico e especificamente no contexto brasileiro, buscavam um controle epidemiológico das doenças, aliados a estratégias que pudessem melhorar as condições de saúde da população. Embora essa influência da moral religiosa em torno da sexualidade não tenha se extinguido totalmente no contexto brasileiro, ela vem se intensificando novamente desde meados do século XXI e permanece até os dias atuais, sendo constantemente reforçada por discursos políticos e religiosos, que se colocam a favor apenas da família tradicional heteronormativa e da religião cristã.

No âmbito da Educação, a ES passou a fazer parte dos espaços escolares a partir do início do século XX e contou com constantes avanços e retrocessos até sua inserção em um documento educacional, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), que balizou o lugar da sexualidade na escola. Contudo, por não apresentar um caráter obrigatório, sua adesão, ou não, ficou ao encargo dos estados e municípios e, com efeito, em muitos locais do país não se observou essa aderência. Este fenômeno tem sido constantemente atribuído à formação inicial e continuada de professores/as, que poderia se mostrar insuficiente para o trato das questões relativas à sexualidade humana, no entanto, é de conhecimento público que para além das questões didático pedagógicas, iniciativas educacionais com este fim têm sofrido diversas dificuldades, muitas delas impostas pelo setor político e, sobretudo, pelas bancadas religiosas no congresso nacional. Contudo, apesar de a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (2018) não abordar a temática da sexualidade sob uma perspectiva emancipatória, a exploração de novos caminhos permanece viável, especialmente por meio de movimentos de resistência que foram e continuam sendo significativos para mudanças na Educação Sexual.

Estamos vivendo “tempos de precarização da vida, de fragilização da democracia, de recrudescimento de preconceitos, racismo, homofobia, misoginia e machismo” (Alexandre Filordi de Carvalho, Eliana Menezes e Pedro Angelo Pagni, 2022, p. 2). Contudo, o recorte histórico da Educação Sexual no Brasil, revisitado neste artigo e que se assemelha muito a uma coreografia ensaiada de passos para frente e passos para trás, de alguma forma, nos traz a esperança de que um novo período (o oitavo), mais favorável, possa estar sendo construído no nesse momento.

Esse cenário político que se apresenta precisa ser enfrentado em uma dimensão coletiva de resistência que interrogue reiteradamente as ideias e ações políticas conservadoras e tão facilmente disseminadas. Resistir é o que *precisamos* continuar a fazer pelo bem viver da sexualidade.

Referências

ABREU, Nuno César Pereira de. *Boca do lixo: cinema e classes populares*. 808f. Tese (Doutorado em Multimeios) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Artes, Campinas, SP, 2002.

BARBOSA, Luciana Uchôa; VIÇOSA, Cátia Silene Carrazoni Lopes; FOLMER, Vanderlei. A educação sexual nos documentos das políticas de educação e suas ressignificações. *Revista Eletrônica Acervo Saúde*, v. 11, n. 10, p. e772, 2019.

BEDIN, Regina Celia. *A história do Núcleo de estudos da sexualidade e sua participação na trajetória do conhecimento sexual na Unesp*. 154f. Tese (Doutorado em Educação Escolar) – Universidade Estadual Paulista “Júlio Mesquita Filho”, Araraquara, 2016.

BEDIN, Regina Celia; MUZZETI, Luci Regina; RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal. A institucionalização do conhecimento sexual no Brasil: sexologia e educação sexual do século XIX aos nossos dias. *Humanidades & Inovação*, v. 7, n. 27, p. 71-88, 2020.

BRASIL. Casa Civil. *Lei n. 5.692, de 11 de agosto de 1971*. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Brasília, 1971.

BRASIL. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB*. Brasília: MEC, 1996.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos: apresentação dos temas transversais*. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRASIL. Ministério da educação. Ministério da saúde. *Passo a passo PSE - Programa saúde na escola*. Brasília: MEC/ SEF, 2001a.

BRASIL. Lei n. 10.172, de 9/1/2001. Estabelece o Plano Nacional de Educação. *Diário Oficial da União*. Brasília: MEC, 2001b.

BRASIL. Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília, 2018.

BRASIL, Ministério da Saúde. Assuntos de saúde de a à z: IST e Aids. [Brasília]: Ministério da Saúde, [2024?]. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/a/aids-hiv>. Acesso em: 28 de maio de 2024.

BUENO, Rita de Cássia Pereira; RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal. História da educação sexual no Brasil: apontamentos para reflexão. *Revista Brasileira de Sexualidade Humana*, v. 29, n. 1, p. 49-56, 2018.

CASSIAVILLANI, Thiene Pelosi; ALBRECHT, Mirian Pacheco Silva. Educação sexual: uma análise sobre legislação e documentos oficiais brasileiros em diferentes contextos políticos. *Educação em Revista*, v. 39, p. e39794, 2023.

COSTA, Angelo Brandelli; NARDI, Henrique Caetano. O casamento "homoafetivo" e a política da sexualidade: implicações do afeto como justificativa das uniões de pessoas do mesmo sexo. *Revista Estudos Feministas*, v. 23, p. 137-150, 2015.

CRUZ, Pâmela Cian da. *Mapeamento das produções acadêmico-científicas do Mestrado em Educação Sexual da Unesp/Araraquara-SP (2013 a 2019)*. 2021. Dissertação (Mestrado em Educação Sexual) – Universidade Estadual Paulista “Júlio Mesquita Filho” – UNESP, Araraquara, 2021.

DE CARVALHO, Alexandre Filordi; MENEZES, Eliana; PAGNI, Pedro Angelo. Diferença e corpo heterotópico da deficiência: um convite para se pensar de outro modo a escola inclusiva. *Revista Cocar*, n. 13, 2022.

DE OLIVEIRA, Isis Lobo. Viva a sociedade alternativa! Relatos de uma experiência emancipatória no Interior do Brasil. In: *Congresso Internacional de Direitos Humanos de Coimbra*. 2021.

DÍAZ, Margarita; CABRAL, Francisco; SANTOS, Leandro. Os direitos sexuais e reprodutivos. In: RIBEIRO, Cláudia; CAMPUS, Maria Teresa. (ed.). *Afinal, que paz queremos?* Lavras: Editora UFLA, p. 45-70, 2004.

FELÍCIO, Leandro Alves. Um projeto de educação sexual para o Brasil: o Círculo Brasileiro de Educação Sexual (1933-1945). *Anais do 26º Simpósio Nacional de História-ANPUH*, p. 1-20, 2011.

FIGUEIRÓ, Mary Neide Damico. Ações contra homofobia em projetos de formação continuada de educadores. *Revista Brasileira de Sexualidade Humana*, v. 18, n. 2, p. 455-469, jul./dez. 2007.

FIGUEIRÓ, Mary Neide Damico. *Formação de educadores sexuais: adiar não é mais possível*. 2. ed. Londrina/PR: Eduel, 2014.

FIGUEIRÓ, Mary Neide Damico. Revendo a história da educação sexual no Brasil: ponto de partida para construção de um novo rumo. *Nuances*, v. 4, p. 123-133, 1998.

FREIRE, Priscila. ‘Ideologia de Gênero’ e a política de educação no Brasil: exclusão e manipulação de um discurso heteronormativo. *Ex aequo*, n. 37, p. 33-46, 2018.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. A invenção da "ideologia de gênero": a emergência de um cenário político-discursivo e a elaboração de uma retórica reacionária antigênero. *Revista psicologia política*, v. 18, n. 43, p. 449-502, 2018.

LIBÂNIO, João Batista. *Concílio Vaticano II: em busca de uma primeira compreensão*. São Paulo: Loyola, 2005.

LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. 16. ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2014.

LOURO, Guacira Lopes. *Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer*. São Paulo: Autêntica, 2018.

MACEDO, Elizabeth. As demandas conservadoras do movimento escola sem partido e a base nacional curricular comum. *Educação & Sociedade*, v. 38, p. 507-524, 2017.

NASCIMENTO, Dilene Raimundo do. *As pestes do século XX: tuberculose e Aids no Brasil, uma história comparada*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2005.

OLIVEIRA JÚNIOR, Isaiás Batista de; MAIO, Eliane Rose. “Não vai ser permitido a nenhum órgão do governo fazer propaganda de opções sexuais”: o discurso inaugural no “desagendamento” do Kit Gay no MEC. *Revista e-Curriculum*, São Paulo, v. 15, n. 1, p. 125-152, 2017.

PINHEIRO, Vandira Maria dos Santos. História recente da educação sexual na escola e da sexualidade no contexto da realidade brasileira. *DST Jornal Brasileiro de Doenças Sexualmente Transmissíveis*. v. 9, n. 1, p. 4-8, 1997.

RAMALHO DINIZ, Bruna Larissa. *Formação de Educadores Sexuais no curso de Ciências Biológicas da UEM: a concepção dos graduandos sobre a atuação do professor de Ciências e Biologia na Educação Sexual*. 115f. Dissertação (Mestrado em Educação para a Ciência e a Matemática) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2015.

RAMALHO DINIZ, Bruna Larissa. *Antes que as memórias se apaguem: a Educação Sexual de mulheres idosas e suas representações acerca da sexualidade feminina*. 220f. Tese (Doutorado em Educação para a Ciência) – Universidade Estadual Paulista “Júlio Mesquita Filho”, Bauru, 2022.

RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal. A institucionalização dos saberes acerca da sexualidade humana e da educação sexual no Brasil. In: FIGUEIRÓ, Mary Neide Damico (Org.). *Educação Sexual: múltiplos temas, compromissos comuns*. Londrina/PR: UEL, 2009. p. 129-140.

RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal. *Educação Sexual além da informação*. São Paulo: EPU, 1990.

RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal; MONTEIRO, Solange de Souza. Avanços e retrocessos da Educação Sexual no Brasil: apontamentos a partir da eleição presidencial de 2018. *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação*. Araraquara, v. 14, n. esp., 2, p. 1254-1264, jul. 2019.

RIBEIRO, Paulo. Rennes. Marçal. Os momentos históricos da educação sexual no Brasil. In: RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal (Org.). *Sexualidade e educação: aproximações necessárias*. São Paulo: Arte & Ciência, 2004. p. 15-25.

ROMANCINI, Richard. Do "kit gay" ao "monitor da doutrinação": a reação conservadora no Brasil. *Revista Contracampo*, v. 37, n. 2, p. 87-108, 2018.

ROSEMBERG, Fúlvia. Educação sexual na escola. *Cadernos de Pesquisa*, n. 53, p. 11-19, 1985.

SANTOS, Marina Silveira Bonacazata; CARVALHO, Fabiana Aparecida. A política do Movimento Escola sem Partido e seus impactos nos conteúdos de ciências e biologia na Educação Básica. *ReBECCEM*, v. 3, n. 3, p. 714-738, 2019.

SANTOS, Marina Silveira Bonacazata; MIESSE, Maria Carolina. CARVALHO, Fabiana Aparecida; QUEIROZ, Leonardo Cordeiro de; SOUZA, Vânia de Fátima Matias de. Escola sem Partido e as discussões de gênero e sexualidade: impactos curriculares. *Linhas Críticas*, v. 27, p. e35543, 2021.

SILVA, Taís Danielle Alcântara de Araújo. *Política educacional em tempos de ditadura: a educação moral e cívica e a repressão ideológica*, Sergipe. Monografia (Graduação em História) - Universidade Federal de Sergipe – UFS, São Cristóvão, 2017.

SEFFNER, Fernando. Atravessamentos de gênero, sexualidade e educação: tempos difíceis e novas arenas políticas. *Reunião Científica Regional da ANPEd*, Curitiba, p. 1-17, 2016.

SUPLICY, Marta. *Guia de orientação sexual: diretrizes e metodologia*. São Paulo, Casa do Psicólogo, 1994.

THOMÉ, Vanda Corrêa; MAZZEI, Vanessa Santa Rosa; SILVA, Cláudia Márcia Andrade da; TOTTI, Maria Eugênia. Educação e Sexualidade na escola: desafios, avanços, retrocessos, re-emergência e o “novo normal”. *Revista de Extensão UENF*, v. 5, n. 2, p. 14-40, 2020.

WEREBE, Maria José. *Educação Sexual na escola*. Lisboa: Moraes Editores, 1977.

Recebido em setembro de 2024.

Aprovado em novembro de 2024.